

# A REPERCUSSÃO DA ADOÇÃO DE UM NOVO FILHO PARA O FILHO CONSANGUÍNEO JÁ EXISTENTE NO CÍRCULO FAMILIAR

Aryane da Silva Schimtt Bergue<sup>1</sup>  
Christyne Gomes Toledo de Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa visou abordar a adoção de um novo filho sob o olhar do filho biológico e as implicações disso em sua vida, percebendo-se escassez de estudos sobre o tema. O objetivo geral foi compreender a repercussão da adoção para o filho consanguíneo já existente no círculo familiar, os objetivos específicos foram analisar a experiência do processo de adoção através do olhar do filho consanguíneo, investigar como se dá a relação entre o filho consanguíneo e o filho adotivo e identificar os impactos da adoção no desenvolvimento psicossocial do filho consanguíneo. Os dados foram analisados à luz da psicologia do desenvolvimento humano, através da análise de conteúdo de Bardin. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva e ex-post facto, que utilizou entrevista semiestruturada com seis participantes. Dentro da mostra, apenas 3 participantes receberam o acompanhamento para a adoção, podendo ser observados sentimentos de cunho positivo e negativo com a chegada do irmão. A adaptação foi considerada agitada e difícil, exigindo mudanças no círculo familiar, além do irmão adotivo passar a ter o foco da atenção pelos pais e muitas vezes pelo irmão mais velho, que pode assumir os cuidados do irmão mais novo. A relação atual foi descrita com baixa interação, aumento de conflitos, carinho e confiança, sendo os dois últimos, os mais comuns. Sobre os impactos percebidos pelos participantes, foram relatados o amadurecimento, altruísmo, tolerância, direcionamento para a vida adulta e mudança na percepção sobre a adoção.

**Palavras-chave:** Adoção. Relação fraterna. Desenvolvimento Psicossocial. Filho biológico.

## ABSTRACT

This research aimed to address the adoption of a new child from the perspective of the biological child and the implications of this in their life, noting the scarcity of studies on the subject. The general objective was to understand the repercussion of adoption for the consanguineous child already existing in the family circle, the specific objectives were to analyze the experience of the adoption process through the gaze of the consanguineous child, to investigate how the relationship between the consanguineous child and the child occurs. adoption and identify the impacts of adoption on the psychosocial development of the consanguineous child. Data were analyzed in the light of human development psychology, through Bardin's content analysis. It was a qualitative, exploratory-descriptive and ex-post facto research, which used a semi-structured interview with six participants. Within the exhibition, only 3 participants received follow-up for adoption, and positive and negative feelings could be observed with the arrival of their brother. Adaptation was considered agitated and difficult, requiring changes in the family circle, in addition to the adoptive brother becoming the focus of attention, by the parents and often by the older brother, who can take care of the younger brother. The current relationship was described as low

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano. E-mail: ariyanschimtt@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada, mestre e doutora em Psicologia, professora e coordenadora do curso de Psicologia do Centro Universitário Salesiano. E-mail: cgtoliveira@gmail.com

interaction, increased conflicts, affection and trust, the last two being the most common. About the impacts perceived by the participants, maturation, altruism, tolerance, direction towards adulthood and change in the perception of adoption were reported.

**Keywords:** Adoption. Fraternal relationship. Psychosocial Development. Biological child.

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de família passou por grandes modificações ao longo dos anos. Em 10 de janeiro de 2002, por exemplo, foi instituída a Lei nº10.406, que estabelece no artigo 1.565 que o casamento é quando “homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família”. Além de definir “como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família” (BRASIL, 2002). Tal definição negligenciou as relações homoafetivas, que passaram a ser consideradas somente em 05 de maio de 2011, a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277, que reconheceu a união homoafetiva (BRASIL, 2011).

É importante ressaltar que considerar como família apenas o modelo de união heterossexual que possui prole, desconsidera as diferentes composições de família dispostas na sociedade (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019). Ao longo do tempo foram difundidos diversos modelos de família, onde se valoriza o afeto, e não as questões biológicas, o que deve ser levado em consideração pelo Estado, de modo que ele deixe de supervalorizar o que é estabelecido como família tradicional e que os padrões sejam dissipados, estabelecendo normas condizentes com os modelos de família atuais, promovendo assim, a pluralidade e a diversidade (DIAS, 2011).

A família é de suma importância, pois funciona como mediadora entre a sociedade e o indivíduo, estabelecendo regras, valores e normas que devem ser seguidos por ele, isso ocorre pelo fato da família ser o primeiro espaço que é disponibilizado para a criança se desenvolver socialmente (BRITO; QUEIROZ, 2013). Mesmo sendo algo primordial na construção do sujeito, o acervo de pesquisas intrafamiliares é reduzido, deixando algumas questões de grande relevância sem o devido foco (ALARCÃO; FERNANDES; RAPOSO, 2007).

A relação fraterna é um exemplo disso, visto que muitas vezes os irmãos passam mais tempo entre si do que com os próprios pais (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2009), o que evidencia a importância de estudos voltados para o assunto. Outra questão familiar que ainda encontra obstáculos para receber a devida atenção é a adoção, que de acordo com Brito e Queiroz (2013), a dificuldade de reconhecimento desse modelo como família seria a grande questão, pois a percepção social de instituição familiar está voltada para as questões biológicas, sendo esse, um pensamento equivocado, considerando o fato de que a família é uma construção cultural.

A adoção, tema central dessa pesquisa, passou a ser foco de estudo de muitos pesquisadores de diversas áreas. Na psicologia, por exemplo, evidenciaram-se pesquisas voltadas para a mãe, para o filho adotivo, adoção tardia e até mesmo adoção de irmãos. No entanto, percebe-se uma lacuna teórica quando se trata da relação fraterna como decorrência da adoção, o que justifica a escolha do tema e do problema de pesquisa, sendo esse, questionar a repercussão da adoção de um novo filho para o filho consanguíneo já existente no círculo familiar. A partir desse problema de pesquisa, o objetivo geral é compreender a repercussão

da adoção de um novo filho para o filho consanguíneo já existente no círculo familiar, tendo como objetivos específicos analisar a experiência do processo de adoção através do olhar do filho consanguíneo, investigar como se dá a relação entre o filho consanguíneo e o filho adotivo e identificar os impactos da adoção para o filho consanguíneo.

A relevância científica do trabalho em questão é aumentar o referencial teórico para a área de psicologia, para o tema adoção e principalmente preencher a lacuna percebida referente ao foco voltado para o filho consanguíneo da família que deseja adotar. Além de instigar novos olhares para abordagens e pesquisas sobre o tema adoção, e proporcionar a reflexão sobre novas estratégias de intervenção direcionadas ao filho consanguíneo no processo de adoção.

A relevância social está em voltar a atenção da população para o tema da adoção, evidenciando esse foco ao filho já existente na família e as implicações da adoção para ele. Além de proporcionar a reflexão sobre novas estratégias de intervenção direcionadas ao filho consanguíneo no processo de adoção, visando melhorar a qualidade do serviço oferecido a esse público durante o processo e proporcionar o devido acompanhamento após a adoção, objetivando continuamente a diminuição dos impactos causados, no intuito de que a adoção e a adaptação do novo membro a família não sejam prejudiciais ao filho biológico.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 FAMÍLIA**

Como citado anteriormente, pelo fato da família ser uma construção social, sua definição sofreu diversas alterações durante a história. No período em que a cultura estabelecia que o homem deveria trabalhar e a mulher gerenciar o lar, a família era um conceito entendido como local de transferência de valores e desenvolvimento da socialização dos filhos e de estabilidade emocional dos pais. Esse cenário se modificou após os anos sessenta, juntamente com as mudanças sociais em que o interior da família foi alterado, a mãe passava agora a trabalhar assim como o pai, que foi perdendo seu lugar de destaque dentro do sistema (DIAS, 2011). Nesse cenário, muitos cuidados com as crianças passaram a ser terceirizados, o que pode ter um efeito negativo para o desenvolvimento psicossocial, visto que grande parte de seu desenvolvimento está ligado ao convívio familiar (SILVA; GONTIJO, 2016).

Observa-se dessa forma, grandes mudanças de valores e de organização social, evidenciando uma grande diversificação dos modelos familiares, o que inviabiliza o estabelecimento de valores absolutos e direciona ao pensamento de que o conceito de família é relativo e que nenhuma definição será suficiente para abarcar os modelos sociais e suas constantes mutações (DIAS, 2011). No entanto, para Andrade e Martins (2011), independente do conceito estabelecido, a família continuará sendo um sistema social que desenvolve o afeto, a socialização, a educação e a reprodução. Sendo o ambiente afetivo, considerado decisivo no funcionamento familiar e na percepção do mesmo.

De acordo com a Abordagem Sistêmica, a família é um sistema dinâmico composto por subsistemas, uma unidade social composta por um conjunto de pessoas, que através das relações entre si e com o ambiente externo, desenvolvem funções fundamentais para a sociedade, como afeto e socialização. Os subsistemas são interligados, desse modo, se algo ocorre com um deles, todos serão afetados, e a partir da repercussão dessas afetações, o sistema pode ser considerado funcional ou disfuncional (ANDRADE; MARTINS, 2011). Quando ocorre o surgimento de mudanças, se faz necessário que os subsistemas se adaptem a

elas, para que haja equilíbrio no sistema, e que as relações sejam fortalecidas. Quando essa adaptação tem dificuldades para ocorrer, geralmente o sistema busca os valores consolidados no seu interior, no intuito de que o equilíbrio seja alcançado (PARSONS apud DIAS, 2011).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

A Psicologia do Desenvolvimento estuda o processo de desenvolvimento do indivíduo através de uma variedade de funções, analisando as modificações que ocorrem e também o que se mantém ao longo de sua vida. Essas alterações são classificadas como quantitativas ou qualitativas, tendo marcos mais evidentes durante a infância. De modo geral, a Psicologia do Desenvolvimento se inclina para o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial (PAPALIA; FELDMAN, 2013), sendo esse último, o foco a ser abordado no decorrer do trabalho.

O desenvolvimento humano é contínuo e possui interdependência entre seus componentes, sendo esses o aspecto biológico, físico, social e também o cultural. As junções desses aspectos desenvolvem a forma de sentir, agir e pensar do indivíduo (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA apud BORDIN et al. 2018). Os marcos do desenvolvimento são demarcados a partir da faixa etária (primeira, segunda e terceira infância), e mesmo sendo padronizados para todas as pessoas, contam com a particularidade vivenciada por cada indivíduo. Esses marcos possuem interdependência, de modo que a etapa seguinte depende da etapa anterior para sua efetivação (BORDIN et al. 2018).

Existem diversas teorias voltadas para o desenvolvimento psicossocial, contemplando os estágios de formas diversas. Dentre elas, existe a Teoria Psicossocial de Erikson, em que, dentro da primeira infância (0 a 3 anos), a mãe e os demais cuidadores, que suprem os desejos e necessidades da criança, são seu foco principal (RABELLO; PASSOS apud LEITE; SILVA, 2019). Dentro dessa faixa etária a criança passa por dois estágios, o primeiro é denominado confiança versus desconfiança e o segundo autonomia versus dúvida (ERIKSON apud PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Na segunda infância (3 a 6 anos) ocorre o aumento da independência e da autonomia, que conta com a assistência dos cuidadores (BEE apud LEITE; SILVA, 2019). No brincar, a imaginação e o social se expandem, à medida que, mesmo a família sendo o foco social, a criança passa a dar mais importância a seus pares e a ter necessidade de aprovação das pessoas à sua volta (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Para Erikson (apud PAPALIA; FELDMAN, 2013), nessa fase ocorre o estágio iniciativa versus culpa, onde a criança vivencia a ambiguidade entre planejar e executar tarefas e a responsabilidade pelo bom desempenho nas mesmas.

A terceira infância (6 a 11 anos) é considerada o período em que as crianças aumentam suas competências em todas as áreas e a escola passa a ser o centro das experiências vivenciadas. O brincar perde espaço para novos interesses e as fantasias são reduzidas, enquanto a autoestima passa a depender da percepção que a criança tem sobre suas competências e sua sociabilidade. A cultura passa a ter grande influência sobre as relações afetivas, que são intensificadas entre a criança e seus pares, que ganham espaço de maior importância nesse momento (PAPALIA; FELDMAN, 2013). De acordo com Leite e Silva (2019), nesse período ocorre o estágio diligência versus inferioridade, estipulado por Erik Erikson.

Com a chegada da adolescência, vem o estágio de identidade versus confusão de papéis (LEITE; SILVA, 2019). De acordo com Erikson (apud PAPALIA; FELDMAN, 2013), vem a

busca pela identidade, se tornando o foco principal, sendo uma forma de preparação para a vida adulta e nem sempre tendo resolutividade até a chegada da mesma. Nessa fase se evidencia a fidelidade, fruto da confiança conquistada nas fases anteriores, possibilitando a extensão da mesma a familiares com maior proximidade.

Na inserção à vida adulta, estágio denominado como intimidade versus isolamento, demandando capacidade de vinculação a outras pessoas sem grandes receios (LEITE; SILVA, 2019). As responsabilidades gradativamente são transferidas ao adulto emergente, em um primeiro momento, ele se encontra ainda inserido em sua família, mas com um aumento significativo de autoconfiança e autodirecionamento. Em um segundo momento, o foco passa a ser sua formação, ocupação e seus relacionamentos íntimos, mas ainda permanece conectado à família. O terceiro momento seria marcado pela sua independência e pela priorização de sua vida particular, se caracterizando como adulto jovem (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Dentro da Teoria Psicossocial de Erik Erikson existem outros estágios estabelecidos. No entanto, foi feita uma seleção dos estágios a serem abordados na pesquisa, através do público encontrado para compor a mostra e os estágios vivenciados por eles.

### 2.3 RELAÇÃO FRATERNA

Alarcão, Fernandes e Raposo (2007) relatam a escassez de estudos intrafamiliares. Além de serem poucos os estudiosos que se inclinam a esse tema, dentre as pesquisas sobre família, dificilmente se aborda a relação fraterna. Para Alfred Adler (apud ALARCÃO; FERNANDES; RAPOSO, 2007), um dos primeiros estudiosos a se voltar para as relações entre irmãos, o desenvolvimento do sentimento social se origina nas relações familiares, e principalmente nas relações fraternas.

Como exemplo desse desenvolvimento do sentimento social nas relações fraternas, é possível citar as brincadeiras lúdicas entre irmãos, termo que engloba tanto as brincadeiras quanto os jogos (PEDROZA, 2005). É importante ressaltar que podem existir distinções nas preferências de cada irmão, principalmente se o grupo fraterno for composto por ambos os sexos, pois geralmente meninas tem brincadeiras de cunho mais afetuosos, e meninos, brincadeiras mais voltadas a agressividade (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Cabe ressaltar a importância do brincar, que além de ser uma forma de lazer, auxilia no desenvolvimento dos aspectos cognitivos e afetivos, tendo um papel primordial na formação da subjetividade e da identidade de cada sujeito (PEDROZA, 2005), “seja pela busca de satisfazer seus desejos, por exercitar sua capacidade imaginativa, comunicativa, criativa ou emocional” (PEDROZA, 2005, p. 67). Uma brincadeira que pode ser citada como grande estímulo da participação ativa dos sujeitos e tem o potencial de desenvolver a resolução de problemas é o brincar de “faz de conta” (HOWE et al. apud PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Ademais, o relacionamento fraterno carrega grande influência da relação parental, podendo ter forte apego entre irmãos mais velhos e mais novos, que pode ter um aumento gradativo de conflitos com o avanço da idade do irmão mais novo (TETI; ABLARD, VANDELL; BAILEY apud PAPALIA; FELDMAN, 2013). Quando os irmãos possuem idades próximas, percebe-se um vínculo voltado ao companheirismo nas brincadeiras e também nas confidências (HUEB; RODRIGUES, 2019).

Na relação entre irmão mais velho e irmão mais novo, o irmão mais velho pode sentir um grande afeto e uma necessidade de cuidar do irmão mais novo, semelhante ao cuidado

materno e paterno (FÉRES-CARNEIRO; GOLDSMID, 2007). Na pesquisa de Geraldine et al. (apud HUEB; RODRIGUES, 2019) se evidenciou que esse cuidado e afeto do irmão mais velho direcionado ao irmão mais novo pode ser fruto da ausência da figura materna, esse irmão mais velho pode acabar assumindo esse lugar materno e se identificando mais com o papel parental do que com o papel fraterno, principalmente quando existe uma grande diferença de idade entre os irmãos (DIAS; QUEIROZ, 2015), ocasionando “sentimentos de ternura, proteção e responsabilidade” (HUEB; RODRIGUES, 2019, p. 765). Essa apropriação do lugar parental pode ser vista como uma tentativa de manter o grupo fraterno no mesmo formato de antes da chegada do novo irmão, onde o filho mais velho assumiria o lugar de pai/mãe do irmão, criando uma rivalidade com os próprios pais (DIAS; QUEIROZ, 2015).

De modo geral, é possível encontrar na relação fraterna um misto de sentimentos de afeto e rivalidade, sendo um ambiente propenso ao compartilhamento de interesses e sentimentos (DIAS; QUEIROZ, 2015). No entanto, com a chegada da adolescência, ocorre um distanciamento e uma diminuição no interesse no convívio familiar, em paralelo com o aumento da autonomia do sujeito, diminuindo a tutela parental e fraterna (LAURSEN, BUHRMESTER; FURMAN apud PAPALIA; FELDMAN, 2013). Além disso, nessa fase, o adolescente quer que seu espaço e seus pertences sejam respeitados pelos seus irmãos, e quando isso não ocorre, conflitos são gerados (FÉRES-CARNEIRO; GOLDSMID, 2007).

Para além da adolescência, outros fatores podem levar ao conflito fraterno, até mesmo o fato de ter que compartilhar brinquedos (HUEB; RODRIGUES, 2019), que de acordo com Ross (apud PAPALIA; FELDMAN, 2013) está diretamente ligado à posse, que ele considera a motivação dos conflitos iniciais. Os conflitos por compartilhar também se estendem aos pais, gerando rivalidade e ciúmes, o que também contribui para a construção da personalidade (HUEB; RODRIGUES, 2019), além de estimular a competitividade, que pode auxiliar em relações futuras, contanto que os pais saibam manejar adequadamente esses conflitos (DIAS; QUEIROZ, 2015).

Cabe ressaltar que, no caso de filhos únicos, a chegada de um irmão tem um impacto significativo, principalmente pela retirada de seu lugar privilegiado na relação com os pais (HUEB; RODRIGUES, 2019), que pode ser percebida como algo negativo pelo filho primogênito (DIAS; QUEIROZ, 2015).

A chegada de um novo filho também exige uma adaptação em famílias que já possuem mais de dois filhos. Exemplo disso seria o caçula, que se desloca para o lugar de irmão do meio, onde haverá um irmão com autoridade sobre ele, que quer ser superior a ele e um irmão para receber o carinho de filho mais novo em seu lugar, que tem objetivo de se equiparar a ele ou o superar (FÉRES-CARNEIRO; GOLDSMID, 2007).

Quando surge o desejo de ter mais um filho, os pais acabam criando expectativas sobre ele e sobre como se dará a relação fraterna (FÉRES-CARNEIRO; GOLDSMID, 2007). Diante desse cenário, muitas vezes os filhos já existentes, por receio da desaprovação dos pais, acabam aceitando a possibilidade da chegada de um novo irmão e compartilhando esse desejo com os pais (DIAS; QUEIROZ, 2015). Na espera pelo novo irmão pode surgir receio, ansiedade e expectativas sobre ele, momento em que se faz necessário o auxílio dos pais nesse processo, para que não seja uma experiência negativa e para que não haja regressões no seu desenvolvimento (FAINGUELERNT; TOSTA, 2018).

A chegada do novo irmão também pode ser uma experiência positiva e de expectativa, mesmo com a possibilidade do surgimento de novos conflitos (DIAS; QUEIROZ, 2015), vivenciando

o processo de tornar-se irmão ou de modificação do seu lugar de irmão de forma tranquila e alegre. O filho pode encarar a chegada do novo irmão como algo positivo e como uma possibilidade de amadurecimento e crescimento. Esse amadurecimento também pode ser visto com certo temor pelo filho já existente, pois o mesmo pode não se sentir pronto para as responsabilidades que lhe serão incumbidas (FAINGUELERNT; TOSTA, 2018).

Com a chegada do irmão, os primeiros dias podem ser considerados os de maiores dificuldades e de maior tumulto (HUEB; RODRIGUES, 2019), necessitando uma reorganização de toda a família, e podendo surgir sentimentos ambivalentes, felizes ou indiferentes no filho mais velho (DIAS; QUEIROZ, 2015), demandando dos pais as adaptações necessárias, de cunho emocional e também material, assim como modificações na rotina (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2016). Tais adaptações se fazem necessárias, pois o filho já existente pode se manifestar de formas diversas, como indicar necessidade de atenção, tentar controlar situações ou até mesmo intervir em momentos de interação entre os pais e o novo filho (DESSEN, 1997).

## 2.4 ADOÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido em 13 de julho de 1990, na Lei nº 8.069, dispõe que:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Diante disso, quando algum direito da criança ou do adolescente é violado o Estado intervém, e por vezes, se faz necessário o desligamento desse menor de sua família de origem, o que causa o rompimento precoce de seus vínculos afetivos. Uma vez que se tornam candidatos à adoção, espera-se que a família adotiva desenvolva novos vínculos afetivos, possibilitando uma ressignificação dos impactos negativos causados pela ruptura de sua família de origem. De modo que seja proporcionado um ambiente seguro, onde a criança possa desenvolver suas potencialidades e satisfazer suas necessidades básicas (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2009). Além disso, quando ocorrem situações de abuso, negligência ou violência, a família pode ter maiores dificuldades em estabelecer vínculo e confiança (DIAS; QUEIROZ, 2015).

Inicialmente, o padrão era que a adoção ocorresse em situações onde um casal sem filhos desejava ter descendentes, sendo voltada para o desejo desses pais e não para que fosse proporcionado um novo e saudável ambiente familiar para a criança institucionalizada (NAKAMURA, 2019). O que evidencia isso é a existência de um perfil ideal a ser adotado, que seria uma criança de “até três anos de idade, de cor de pele branca, sexo masculino, sem doenças ou deficiências e sem irmãos” (VARGAS apud BRITO; QUEIROZ, 2013, p. 57).

O conceito de adoção foi expandido e tem se modificado gradativamente, um dos motivos desse avanço seria a legislação atual, que considera o direito da criança e do adolescente à convivência comunitária e familiar como a nova prioridade (BRITO; QUEIROZ, 2013). Um exemplo disso, seriam as ampliações feitas na adoção, estabelecidas em 3 de agosto de 2009, na Lei nº 12.010, como o artigo 28, que determina no 5º parágrafo um acompanhamento durante o processo de adoção e também posterior a efetivação da mesma, devendo ser realizado “(...) pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude,

preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar”, disponibilizando relatórios sobre o desenvolvimento desse processo (BRASIL, 2009).

Essa preparação geralmente é a instrução e a desmistificação de preconceitos e mitos sobre a adoção, com intuito de que a família esteja apta a receber esse filho adotivo e estabelecer vínculo com o mesmo através do cuidado (HUEB; RODRIGUES, 2019), fazendo as adaptações necessárias, com uma tolerância às modificações que poderão ocorrer (SANTOS et al. apud HUEB; RODRIGUES, 2019).

## 2.5 A RELAÇÃO FRATERNA COMO DECORRÊNCIA DA ADOÇÃO

Diante da ampliação do conceito de adoção, outra ampliação que ocorreu foi o fato de pessoas que já possuíam filhos biológicos passarem a adotar, originando as famílias mistas, que são compostas por filhos biológicos e adotivos (CAVALCANTE; DELL’AGLIO; SILVA, 2016), movimento que pode ser justificado, em alguns casos, como uma impossibilidade de ter outros filhos pelo processo gestacional. Ademais, a adoção também pode ser motivada por altruísmo e caridade (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2016).

Outra modalidade de adoção é a tardia, que na maioria das vezes ocorre por famílias que já possuem filhos biológicos, podendo ser justificada pelo fato desses pais já terem passado pelo processo de cuidar de um bebê e dispensarem passar por essa experiência novamente (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2009). Na adoção tardia, muitas vezes, as lembranças anteriores à adoção estão mais ativas do que em uma criança mais nova (DIAS; QUEIROZ, 2015), cenário em que muitos têm a percepção de que essas crianças trazem para o novo lar os maus hábitos estabelecidos nas vivências anteriores (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2009).

Independente da modalidade da adoção, como dito anteriormente, o acompanhamento de toda família é primordial (BRASIL, 2009), sendo essencial o direcionamento também aos filhos biológicos já existentes na família (DIAS; QUEIROZ, 2015), visto que a chegada de um irmão, biológico ou adotivo, pode gerar grande impacto para a família e para o filho já existente (DESSEN, 1997), sendo considerado por Hueb e Rodrigues (2019), que a chegada de um filho adotivo pode ter um impacto maior do que a chegada de um filho biológico. Além disso, é indispensável que o filho biológico possa se expressar abertamente com sua família sobre a adoção.

Para Meakings et al. (apud HUEB; RODRIGUES, 2019), no período de adaptação do novo membro da família, o filho biológico pode passar por sentimentos de ansiedade e medo de abandono e esquecimento, além de ciúme, confusão ou até mesmo se distanciar. Em outros casos a aproximação pode ser percebida através do aparecimento gradativo de intimidade e afeto. Dias e Queiroz (2015) perceberam que a adaptação e aceitação do novo filho ocorreu de forma facilitada e mais rápida em famílias que já possuíam relação fraterna, considerando que a rivalidade já existia no ambiente, e também em casos em que os filhos biológicos participaram ativamente do processo de preparação para a chegada do irmão adotivo.

Posterior ao contato inicial, chega o momento do convívio, em que podem emergir sentimentos de ambivalência na relação fraterna, como rivalidade e ressentimentos, assim como ajuda e amparo (ALARCÃO; FERNANDES; RAPOSO, 2007), sendo esse, um movimento natural, que também pode ser observado nas relações fraternas biológicas.

Ademais, o vínculo ocorre de forma semelhante à relação fraterna biológica quando os irmãos ainda estão no período da infância, o que pode ocorrer de forma diferente quando o filho adotivo é mais velho que o filho biológico, que ao invés de passar do lugar de primogênito para o lugar de irmão mais velho, passa a ser o irmão mais novo, situação que pode gerar ressentimentos (DIAS; QUEIROZ, 2015).

Para Adler, citado por Alarcão, Fernandes e Raposo (2007), os pais adotivos, na tentativa de suprir as necessidades do filho adotivo e minimizar os impactos prejudiciais causados pela ruptura de seu vínculo com a família de origem, podem acabar o favorecendo. Cabe pontuar que o lugar que os pais atribuem aos filhos repercute diretamente em como eles se reconhecem como sujeito de direito, salientando a importância da identificação de cada filho como único e insubstituível, processo que pode ser auxiliado pela equipe de profissionais que acompanham a adoção (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2009). Cabe observar que nessas famílias mistas, existe uma preocupação em não diferenciar os filhos biológicos dos adotivos, ocorrendo a tentativa de normalizar a questão e negar a diferenciação biológica existente entre os irmãos (HUEB; RODRIGUES, 2019).

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA**

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, a pesquisa foi determinada como qualitativa, por não se tratar de um estudo que busca quantificar seus dados, pois os mesmos não se classificam como métricos. Esse tipo de pesquisa busca a explicação de fenômenos e o posicionamento adequado diante dos mesmos, se caracterizando por possuir orientações teóricas e dados empíricos, que devem ser descritos, compreendidos, e/ou explicados, no intuito de obter resultados confiáveis (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O estudo também se classificou como uma pesquisa exploratória-descritiva. Uma pesquisa exploratória se caracteriza pelo objetivo de aumentar o repertório sobre determinada problemática, buscando aprofundar o conhecimento, enquanto uma pesquisa descritiva requer a descrição dessa problemática ou até mesmo a comparação relacional de suas variáveis. Além disso, a pesquisa foi ex-post facto, ou seja, tratou de um evento ocorrido no passado dos participantes, buscando analisar as relações entre as variáveis (GIL, 2002). Desse modo, essas escolhas se deram a partir do intuito de aumentar o repertório e descrever os impactos de receber um irmão através da adoção, sendo esse, um evento ocorrido na infância dos participantes.

#### **3.2 PARTICIPANTES**

A amostra foi composta por seis (6) participantes, número que se justifica pela dificuldade de encontrar participantes que se encaixem nos critérios propostos. O primeiro critério traz a demanda de que sejam homens e mulheres que tenham acima de dezoito (18) anos de idade, com o intuito de facilitar o recolhimento de dados para a pesquisa. O segundo critério requer que a amostra seja de pessoas que tenham passado pelo processo de receber um irmão através da adoção, sendo esse, vivo ou não atualmente, tal critério se deu pelo fato desta amostra ser o foco da pesquisa.

### 3.3 PROCEDIMENTOS

O procedimento da pesquisa se iniciou na busca virtual pelos participantes, que ocorreu através das redes sociais Instagram e Whatsapp, seguido da marcação de um encontro com cada participante, onde foram apresentados os objetivos da pesquisa e ocorreu a disponibilização do termo de consentimento livre e esclarecido, além da assinatura do mesmo. Nesse mesmo encontro, com o consentimento dos participantes estabelecido, foi aplicado o roteiro de entrevista semiestruturada, que foi composto por perguntas sobre a experiência do processo de adoção, a relação fraterna e os impactos da adoção. A entrevista foi gravada em formato de áudio. Posteriormente ocorreu a transcrição desse material, a análise dos resultados encontrados e a produção da discussão dos mesmos, além da conclusão da pesquisa.

### 3.4 INSTRUMENTO

O instrumento utilizado para a pesquisa foi a entrevista semiestruturada, através da elaboração prévia de um roteiro de vinte e três questões feitas pela entrevistadora, onde existiu a liberdade de dar espaço a possíveis desdobramentos que pudessem ocorrer em cada questão, dando espaço a colocações consideradas importantes para a entrevistadora e para o entrevistado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), proporcionando assim, um espaço flexível aos resultados que emergiram através da entrevista e a possibilidade de aprofundamento dos mesmos.

As perguntas foram relacionadas ao processo de adoção, a relação fraterna e aos impactos causados pela adoção. Alguns exemplos podem ser as perguntas sobre a existência de irmãos biológicos antes da adoção e a relação com os mesmos, sobre o desejo de ter irmãos, os sentimentos durante o processo e após a chegada do irmão adotivo, mudanças na família após a adoção, entre outras.

### 3.5 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE

Em relação a estratégia de análise, os dados foram analisados à luz do referencial teórico da psicologia do desenvolvimento humano, através da análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (1977, p. 42), seria

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

### 3.6 ASPECTOS ÉTICOS

Este trabalho foi realizado a partir dos fundamentos éticos e científicos expostos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, assegurando os direitos dos participantes da pesquisa (BRASIL, 2012), além de ser conduzido de acordo com os princípios fundamentais estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia (2005), através do Código de Ética Profissional do Psicólogo de 21 de julho de 2005. Garantindo assim, o anonimato dos participantes, através da utilização de nomes fictícios, respeitando continuamente a vontade

do entrevistado de se manter na pesquisa e a garantia do direito de desligamento da mesma a qualquer tempo em que o participante julgar necessário.

A entrevista foi conduzida em um ambiente confortável, onde foi estabelecida a garantia de que danos previsíveis seriam evitados, e a conscientização dos participantes de que a entrevista poderia causar desconforto psicológico. O entrevistado também recebeu a garantia de assistência social a prejuízos decorrentes da entrevista em momentos posteriores, sendo disponibilizado o contato de telefone e o endereço do Centro Integrado de Atenção à Saúde (CIASC), instituição assistencial do Centro Universitário Salesiano, que subsidiou a pesquisa em questão. Também ficou assegurado o direito do participante de receber esclarecimentos sobre a pesquisa e sobre os procedimentos que a compõem quando achasse necessário.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para cumprir os aspectos éticos estabelecidos nessa pesquisa e o sigilo proposto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os entrevistados foram identificados como Entrevistada 1, Entrevistado 2, Entrevistada 3, Entrevistada 4, Entrevistada 5 e Entrevistada 6. Os irmãos adotivos receberam nomes fictícios quando citados em trechos das entrevistas feitas, sendo apresentados como Daniel (irmão da Entrevistada 1), Tati (irmã do Entrevistado 2), Clara (irmã da Entrevistada 4), Bento (irmão da Entrevistada 5) e Theo (irmão das Entrevistadas 3 e 6). Sobre os pais dos entrevistados, apenas o nome de um deles foi citado nas entrevistas, sendo denominado como João (pai da Entrevistada 1).

##### **4.1 DADOS DA AMOSTRA**

No intuito de responder os objetivos dessa pesquisa, foram entrevistados 6 filhos biológicos de famílias que exerceram a adoção. Dessa amostra, 2 dos entrevistados eram filhos únicos quando a adoção ocorreu, enquanto 4 já possuíam irmãos biológicos.

Sobre suas idades na época da adoção, 2 tinham entre 8 e 12 anos e 4 dos entrevistados tinham entre 16 e 21 anos. Sobre os irmãos adotivos, 4 foram adotados com idade entre 0 e 3 anos, enquanto apenas 1 foi adotado com 9 anos de idade.

Sobre o desejo de ter irmãos, 1 entrevistado disse não ter esse desejo antes da adoção, enquanto 5 dos entrevistados relataram ter esse desejo na época. Das adoções, 3 foram planejadas e 3 ocorreram por alguma eventualidade inesperada.

##### **4.2 A EXPERIÊNCIA DO PROCESSO DE ADOÇÃO ATRAVÉS DO OLHAR DO FILHO CONSANGUÍNEO**

Com o objetivo de analisar essa experiência, foram observados alguns pontos de análise, como o surgimento da possibilidade de adoção em uma família. Para Cecílio e Scorsolini-Comin (2016), a ideia da adoção em famílias que já possuem filhos biológicos pode ocorrer em casos de problemas de saúde maternos posteriores à gestação do filho biológico, que impossibilitaria que o processo gestacional fosse vivenciado novamente.

Isso se confirmou nos relatos da mostra, em que 3 dos entrevistados disseram que problemas de saúde maternos os fizeram recorrer à adoção, como pode ser observado na fala: “Mas, por questões de saúde, eles não conseguiram engravidar de novo, e minha mãe até precisou fazer

uma cirurgia de retirada de útero, e aí minha mãe finalizou as possibilidades” (ENTREVISTADA 1, 2021).

Sobre o desejo de ter irmãos, muitas vezes ele se origina no desejo dos pais de terem mais filhos, criando expectativas sobre como será o novo filho e também como será a relação dele com o filho já existente na família (FÉRES-CARNEIRO, GOLDSMID; 2007), diante desse desejo, o filho biológico pode sentir medo de como seu posicionamento será absorvido pelos pais, passando a aceitar a chegada do irmão e até mesmo a compartilhar esse desejo (DIAS; QUEIROZ, 2015).

Essa aceitação da ideia da adoção pode ser observada quando o Entrevistado 2 relata que a adoção era algo comum em sua família e que a ideia da adoção, mesmo sendo tomada pelos seus pais, foi aceita por ele com facilidade. No caso das Entrevistadas 5 e 6, mesmo tendo o desejo de ter mais irmãos, a ideia da adoção não surgiu naturalmente no seio familiar, mas sim por uma eventualidade, que foi bem aceita por ambas. Assim como a Entrevistada 3, que mesmo sem o desejo de ter mais irmãos, aceitou bem a adoção.

Na família da Entrevistada 1 sua opinião era considerada de grande valia pelos pais, pois tanto ela quanto seus pais desejavam mais filhos na família, no entanto, mesmo pensando na possibilidade da adoção, sua mãe nunca mencionou esse processo por receio de alguma oposição da filha. De modo que, a ideia da adoção se consolidou quando a própria Entrevistada 1, abordou o assunto. “E aí eles ficaram naquela aflição de que queriam mais filhos, mas sabiam que não podiam, aí eu falei assim “gente, pelo amor de Deus, porque vocês não adotam?” (ENTREVISTADA 1, 2021).

A partir do momento que a família decide adotar, é importante que os pais deem a assistência necessária para que a espera seja uma experiência positiva, pois nesse processo o filho biológico pode passar por ansiedade, medo e expectativas sobre o novo irmão (FAINGUELERNT; TOSTA, 2018). Na pesquisa em questão, esses sentimentos também foram mencionados. O Entrevistado 2 disse ter ficado ansioso, a Entrevistada 4 também mencionou o sentimento de ansiedade, a Entrevistada 3, que disse sentir uma angústia muito grande durante o processo de adoção, visto que seu irmão tinha comprometimentos de saúde significativos, e também, vivenciava um quadro de negligência durante a tutela dos pais biológicos.

Com o devido manejo dos pais, a chegada do irmão pode ser um momento de alegria e tranquilidade, sendo uma oportunidade para o filho biológico crescer e amadurecer, pois lhe serão cobradas novas responsabilidades, sendo importante que ele se sinta preparado para atendê-las, não sentindo medo em relação a elas (FAINGUELERNT; TOSTA, 2018). O que entra em concordância com os resultados encontrados na pesquisa, em que a Entrevistada 1 disse ter se mantido tranquila durante o processo de adoção, a Entrevistada 4 relatou estar feliz, assim como a Entrevistada 5, também dizendo que “foi novo, foi legal, eu gostei muito” (ENTREVISTADA 5, 2021). Além disso, a classificação “gostar muito” também emergiu no relato da Entrevistada 6.

Cabe a observação de que tanto o Entrevistado 2, quanto a Entrevistada 6 mencionaram sentimentos positivos relacionados diretamente a caridade e ao altruísmo, o que se evidencia nas falas “de ajudar outra criança também fiquei feliz” (ENTREVISTADO 2, 2021), e “gostava de saber que, de alguma forma, a minha família tava ajudando a prover a vida dele né, melhorar a vida dele né. Então foi algo muito bom, muito positivo no início” (ENTREVISTADA 6, 2021), sendo esse, um motivo comum para Cecílio e Scorsolini-Comin

(2016) que consideram que o altruísmo e a caridade podem ser grandes motivadores para a adoção.

Quando uma família opta pela adoção, é necessário que todos os seus integrantes, inclusive o filho biológico, passem por um acompanhamento estipulado no artigo 28 da Lei nº 12.010, que deve ser feito durante o processo da adoção e nos momentos posteriores a ela (BRASIL, 2009), pois a chegada de um irmão pode gerar grande impacto para o filho já inserido no círculo familiar (DESSEN, 1997), podendo ser ainda mais forte nos casos de adoção (HUEB; RODRIGUES, 2019). O acompanhamento também se faz necessário pelo fato de que a aceitação do irmão adotivo é melhor experienciada quando o irmão biológico participa dos preparativos para a chegada do irmão de forma ativa (DIAS; QUEIROZ, 2015).

No entanto, quando perguntados sobre como se deu o acompanhamento do processo de adoção, apenas 3 dos entrevistados afirmaram que sua família passou pelo processo de acompanhamento de habilitação para adoção, enquanto os outros 3 relataram não ter passado por esse acompanhamento. Cabe ressaltar que esses são os casos em que a adoção ocorreu de forma não planejada, e que no caso da Entrevistada 5, houve o comprometimento de que “teria acompanhamento tanto pras menores, quanto pro menino que tava tendo essa mudança de família e tudo, mas em nenhum momento o conselho tutelar ou a guarda da criança procurou pra dar esse acompanhamento” (ENTREVISTADA 5, 2021).

Mesmo nos casos em que houve o acompanhamento familiar, a participação dos filhos biológicos não era obrigatória no curso preparatório para o recebimento da criança adotiva. Desse modo, apenas o Entrevistado 2 participou ativamente do grupo preparatório juntamente com seus pais, enquanto a presença do psicólogo e do assistente social foi mencionada pelos 3 entrevistados, ocorrendo em entrevistas ou visitas domiciliares.

Sobre a chegada do irmão adotivo, a Entrevistada 1 relata que ao receber a ligação com o pedido de que fossem buscar seu irmão na instituição em que ele residia, sentiu desespero “eu comecei a rir, de desespero? De desespero, mas eu comecei a rir” (ENTREVISTADA 1, 2021), pois a adoção se efetivou em um período de 9 meses e ela acreditava que demoraria um tempo maior, de acordo com ela, foi um processo muito rápido. O desespero também emergiu no relato da Entrevistada 4 que diz

Na primeira noite foi um desespero, porque o botton que chegou aqui não foi o que a gente acostumou a ver lá no abrigo onde ela ficava, era diferente, e ela começou a chorar e a gente não conseguir alimentar ela, foi muito difícil. Mas no dia seguinte, com mais calma e ela sem chorar, a gente conseguiu fazer direitinho e foi se adaptando aos poucos, hoje é tudo tranquilo (ENTREVISTADA 4, 2021).

Para as irmãs entrevistadas (3 e 6), a chegada de Theo foi vivenciada de forma diferente, pois antes da adoção ele já frequentava a residência das mesmas. A Entrevistada 3 relatou “Eu lembro das primeiras vezes que ele ficou com a gente, eu lembro que ele chorava quando os pais iam embora né” (ENTREVISTADA 3, 2021), “chegou o momento que ele já via a gente como família mais do que a própria família biológica e que ele não queria mais voltar a visitar a família ou ficar com a família biológica” (ENTREVISTADA 6, 2021).

Quando perguntados sobre como foi receber seus irmãos adotivos e como eles eram, 3 dos entrevistados perceberam seus irmãos de uma forma reclusa e receosa, “Ele era muito arredo, muito quietinho, medroso” (ENTREVISTADA 1, 2021), “era muito inseguro né, ele não confiava muito na gente” (ENTREVISTADA 3, 2021), “ela não tava acostumada, ela era mais quieta” (ENTREVISTADA 4, 2021). Essa dificuldade em estabelecer vínculo e confiança

pode ser fruto de situações de negligência, violência e abuso que a criança adotada possa ter vivenciado (DIAS; QUEIROZ, 2015).

Tal comportamento também pode ser explicado pela idade dos irmãos adotivos, pois em sua maioria (4), se encontravam entre a primeira e a segunda infância, período em que a criança passa pelo processo de estabelecer forte vínculo com os cuidadores (RABELLO; PASSOS apud LEITE; SILVA, 2019) e também está em estágio de desenvolvimento da sua confiança (ERIKSON apud PAPALIA; FELDMAN, 2013), sendo retirado dos antigos cuidadores e inseridos em um lar onde esses vínculos têm que ser feitos novamente com pessoas diferentes.

No período de adaptação, é necessária uma reorganização (DIAS; QUEIROZ, 2015), podendo ocorrer certo tumulto e dificuldade nos primeiros dias (HUEB; RODRIGUES, 2019), assim como foi relatado por 2 das entrevistadas, a Entrevistada 1 relata que primeiro foi “aquele susto” (ENTREVISTADA 1, 2021), enquanto a Entrevistada 6 diz que foi bem difícil no início e a Entrevistada 5 diz que foi diferente, e menciona o medo que sentia de tratar seu irmão diferente. Tais relatos são esperados, visto que quando ocorrem mudanças na família, os subsistemas têm que se adaptar a elas (PARSONS apud DIAS, 2011).

Sobre o medo de tratar o irmão adotivo diferente, relatado pela Entrevistada 5, essa é uma preocupação comum em famílias mistas. Nesses casos, muitas vezes ocorre uma tentativa de normalizar a situação e ignorar as diferenças biológicas existentes na relação fraterna (HUEB; RODRIGUES, 2019), o que pode ser observado na fala: “mas eu nem lembro sabe, que ela é adotada, porque para mim é como se ela tivesse passado a vida inteira aqui sabe, então adaptação foi muito rápida também” (ENTREVISTADO 2, 2021).

Para Dias e Queiroz (2015), quando os irmãos ainda são crianças, essa adaptação tem grande semelhança com a adaptação necessária para a chegada de um irmão biológico, podendo ter um formato diferente quando o irmão biológico é mais novo do que o adotado, o biológico acaba perdendo o lugar de primogênito para se tornar o irmão mais novo, e não o irmão mais velho, como o que geralmente é esperado, situação que ocorreu no caso do Entrevistado 2.

#### 4.3 A RELAÇÃO ENTRE O FILHO CONSANGUÍNEO E O FILHO ADOTIVO

Dentro da amostra, 4 dos entrevistados tinham irmãos biológicos antes da adoção. Quando abordados sobre como era a relação fraterna nesse período, 3 deles relataram ter uma relação boa. Sobre possíveis modificações que a adoção possa ter causado na relação fraterna preexistente, 2 dos entrevistados não perceberam mudanças significativas, enquanto 2 perceberam.

Essas mudanças podem ser percebidas no relato da Entrevistada 5, que disse que antes não tinha muito contato com suas irmãs biológicas, o que se modificou com a chegada do irmão adotivo, podendo ser observado na fala: “Com a chegada do Bento, qualquer coisa era motivo de fazer bagunça com ele, tudo era motivo de bagunça, ele fazia bagunça com a gente” (ENTREVISTADA 5, 2021), podendo ser percebido que após as adaptações necessárias diante a mudança do formato familiar com a chegada de mais um integrante (PARSONS apud DIAS, 2011) o sistema familiar passou a ser mais alegre, tendo mais momentos de “bagunça” dentro da relação fraterna, como relatou a entrevistada.

Já no relato da Entrevistada 3, a mudança na relação fraterna biológica foi em relação ao seu posicionamento frente a irmã biológica, segundo ela “Com a chegada do Theo eu mudei um pouco esse papel, eu passei a meio que tutelar as ações dela pra que não fossem prejudiciais

pra ela, já que ela era impaciente, pra não brigar, bater, ou fazer nada desse tipo” (ENTREVISTADA 3, 2021). Nesse trecho é possível perceber as novas responsabilidades assumidas pela irmã mais velha, indicando seu amadurecimento ao longo do processo (FAINGUELERNT; TOSTA, 2018).

Sobre como seus irmãos realmente eram, o que se destacou foi o relato do Entrevistado 2, que recebeu uma irmã adotiva de 9 anos de idade, e disse “aqui em casa não éramos de falar palavrão, e ela falava alguns, ela também era bem que respondona, às vezes” (ENTREVISTADO 2, 2021). Pela idade da irmã adotiva, a adoção se caracterizou como tardia, que para Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2009), muitos acreditam que os maus hábitos das vivências anteriores acabam sendo levados para a família adotiva, pois crianças dessa idade tem memórias mais completas do que crianças menores (DIAS; QUEIROZ, 2015).

Quando perguntados sobre como era a relação com seus irmãos adotivos, 5 dos entrevistados disseram ter uma relação boa com seus irmãos, 3 relataram ter um vínculo muito forte e 3 relataram ter participado ativamente dos cuidados direcionados aos irmãos, o que pode ser observado na fala “Com as questões alimentares dela eu me senti muito importante nesse processo, porque como eu sou da área da saúde muitas vezes eles me chamam quando precisam de ajuda com alguma coisa com ela” (ENTREVISTADA 4, 2021), evidenciando a importância da participação ativa no processo, visando que os filhos biológicos tenham uma experiência positiva, estabelecendo vínculo de forma mais rápida e tranquila (DIAS; QUEIROZ, 2015).

#### 4.4 IMPACTOS DA ADOÇÃO NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DO FILHO CONSANGUÍNEO

Com a chegada de um novo filho, ocorrem mudanças no círculo familiar, quando perguntados sobre essas mudanças, 1 dos entrevistados disse que a casa ficou mais alegre com a chegada do irmão, 2 entrevistados mencionaram mudanças na rotina, 2 trouxeram o termo responsabilidade e 1 trouxe amadurecimento, como pode ser percebido na fala “todo mundo teve que aprender a cuidar dela e ajudar” (ENTREVISTADA 4, 2021).

Pode-se perceber que houveram mudanças no sistema familiar (ANDRADE; MARTINS, 2011), no âmbito emocional e material, assim como no funcionamento cotidiano familiar (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2016), sendo aproveitado por 3 dos entrevistados como oportunidade de crescimento e amadurecimento (FAINGUELERNT; TOSTA, 2018).

Dentro das possíveis mudanças, também é comum ocorrer um deslocamento do foco de atenção para o filho adotivo, para Adler (apud ALARCÃO; FERNANDES; RAPOSO, 2007), esse favorecimento do filho adotivo seria uma tentativa dos pais de diminuir os impactos negativos vivenciados anteriormente. O impacto dessa atenção voltada ao filho adotivo pode ter um impacto ainda maior em crianças que eram filhas únicas antes da adoção e tem seu lugar de privilégio retirado (HUEB; RODRIGUES, 2019).

Essa mudança também se evidenciou nos relatos dos entrevistados, que quando perguntados sobre sua percepção referente a alterações na relação com os pais após a adoção, 5 relataram que a atenção passou a ser focada no irmão adotivo, 1 dos entrevistados, que era filho único, lembra de ter ficado incomodado na época, mas hoje isso não se incomodar mais.

Além disso, 1 diz que mesmo a atenção tendo se voltado para o irmão, nada mudou emocionalmente no relacionamento com seus pais, enquanto outra diz que “Às vezes, muitas das brigas que eu tive com meus pais (principalmente com a minha mãe) envolvia o Theo né, acho que 60 ou 70% das brigas com a minha mãe era relacionada ao Theo” (ENTREVISTADA 6, 2021), o que pode ser entendido como uma rivalidade contra os próprios pais (DIAS; QUEIROZ; 2015) e uma tentativa de intervir na interação entre o filho adotivo e os pais (DESSEN, 1997).

Muitas vezes essa atenção voltada para o filho adotivo também é exercida pelos irmãos mais velhos, o que pode ocorrer pelo fato da mãe e do pai trabalharem fora de casa (DIAS, 2011), causando ausência parental (GERALDES et al. apud HUEB; RODRIGUES, 2019) e também pelo fato da carga parental influenciar a relação fraterna, gerando grande apego entre seus membros (TETI; ABLARD, VANDELL; BAILEY apud PAPALIA; FELDMAN, 2013), e uma necessidade no mais velho de assumir cuidados do irmão mais novo (FÉRES-CARNEIRO; GOLDSMID, 2007), principalmente quando a diferença de idade entre o irmão mais velho e o mais novo é considerável (DIAS; QUEIROZ, 2015), o que foi observado no relato de 4 dos entrevistados e se torna visível no trecho:

Então eu lembro de tá muito alegre, de poder, era a primeira oportunidade que eu tinha de cuidar de uma criança, ainda que eu não tivesse toda aquela responsabilidade de maternidade nem nada disso né, mas era a oportunidade de poder acompanhar uma criança, então eu lembro de tá muito animada (ENTREVISTADA 3, 2021).

Quando questionados sobre as brincadeiras realizadas com os irmãos adotivos e a frequência das mesmas, os relatos foram diversos, 2 relataram brincar de pique-esconde, 2 disseram adaptar as brincadeiras. Também foram relatadas brincadeiras de tabuleiro, cantar e dançar, cabaninha, pintura, bolinha de sabão, luta e videogame.

Dentro das diferenças de idade irmãos, cabe pontuar que entre os 3 e 6 anos se valorizam brincadeiras mais imaginativas e entre os 6 e 11 anos o brincar acaba perdendo espaço e ocorre uma redução das fantasias. Além da diferença de sexo, em que meninas tem preferência por brincadeiras mais afetuosas e meninos por brincadeiras mais agitadas e agressivas (PAPALIA; FELDMAN, 2013), se justificando as adaptações feitas nas brincadeiras.

Quanto aos desentendimentos e a frequência deles, todos responderam que não ocorreram grandes desentendimentos no início. No entanto, 3 dos entrevistados relataram que os desentendimentos se agravaram a partir da adolescência, sendo essa fase um constructo social, período em que, dependendo da cultura e do próprio indivíduo, podem ocorrer a perda do interesse na família e um afastamento natural do sujeito (LAURSEN, BUHRMESTER; FURMAN apud PAPALIA; FELDMAN, 2013), além do aumento do desejo de respeito do seu espaço e dos seus pertences pessoais, podendo ocorrer conflitos relacionados a violação desse respeito (FÉRES-CARNEIRO; GOLDSMID, 2007).

Quando perguntados sobre como analisam a relação atual com seus irmãos adotivos, 2 relataram uma relação de confiança, 2 relataram uma relação de muito carinho e 1 relatou uma relação excelente. No entanto, 2 relataram ter aumentado a frequência de desentendimentos, se comparado ao início da relação, dentre esses 2, 1 mencionou baixa interação com o irmão, “eu fico no meu quarto e ele fica no quarto dele, então a gente não interage muito” (ENTREVISTADA 6, 2021).

As boas relações e o apego citados podem ser fruto de uma adaptação positiva do irmão adotivo no círculo familiar, além da confiança, estabelecida pelo espaço para compartilhar sentimentos e ambições existentes nas relações fraternas (DIAS; QUEIROZ, 2015). O aumento dos desentendimentos, a depender da cultura e da vivência do próprio sujeito, pode ser vinculado à fase da adolescência (LAURSEN, BUHRMESTER; FURMAN apud PAPALIA; FELDMAN, 2013) e a baixa interação, relatada pela Entrevistada 6, pode ter alguma relação com a sua idade, visto que a mesma se encontra inserida na vida adulta, momento em que, de acordo com Erikson, ocorre a fase de intimidade versus isolamento (LEITE; SILVA, 2019).

Sobre a percepção de algum impacto que a adoção possa ter causado, 1 relatou ter se tornado responsável e madura, 1 disse ter se tornado menos egoísta e mais tolerante e 1 relatou que a adoção direcionou a escolha do seu curso superior. A Entrevistada 6, dentro do quadro de TEA do irmão, disse “Ele fez com que eu observasse que pessoas que são diferentes, na verdade, sofrem bastante, então ele mudou essa percepção da questão de outras pessoas que são como ele” (ENTREVISTADA 6, 2021). Além disso, 1 dos entrevistados relatou ter mudado a sua percepção sobre a adoção, enquanto 3 disseram ter o desejo atual de adotar.

Para Erikson, citado por Papalia e Feldman (2013), a influência sobre a escolha do curso superior, pode ter relação com a idade da filha biológica no período de chegada do irmão, a mesma se encontrava na adolescência, momento em que se busca a identidade e se iniciam os preparativos para a vida adulta. A responsabilidade e o amadurecimento, assim como a mudança de percepção, podem ser vinculadas às novas demandas direcionadas ao filho mais velho com a chegada de um novo irmão (FAINGUELERNT; TOSTA, 2018), a diminuição do egoísmo e o aumento da tolerância podem ser fruto da rivalidade fraterna, que se exercita desde a partilha dos brinquedos (HUEB; RODRIGUES, 2019).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa pesquisa, é possível perceber que, para o filho biológico, a adoção teve uma repercussão significativa, visto que, durante o processo de adoção, o filho biológico tende a experimentar diversos sentimentos, sendo eles, de cunho positivo e/ou negativo. Diante disso, cabe enfatizar a importância do acompanhamento desse irmão biológico durante o processo de adoção, sendo indicado que dentro do acompanhamento disponibilizado à família adotante, tenha um atendimento específico para esse filho já existente na família, além da obrigatoriedade de sua participação no curso de habilitação para a adoção, que atualmente é obrigatório apenas para os pais adotantes.

Cabe ressaltar que esse acompanhamento deve se dar para além da habilitação da adoção, visto que a adaptação do novo filho no seio familiar se mostrou como um período difícil e agitado, demandando que o acompanhamento se estenda à esse período, não apenas com visitas domiciliares, mas com uma equipe preparada para assistir essa família cuidadosamente em seu cotidiano, auxiliando nos ajustes necessários para que ela tenha um funcionamento saudável, aumentando a probabilidade de que essa seja uma experiência positiva para os pais, para o filho adotivo e também para o filho biológico.

Dentro dos resultados encontrados, a relação entre o filho consanguíneo e o filho adotivo se estabeleceu majoritariamente de forma positiva. Essa relação foi percebida como uma relação de cuidado por metade dos entrevistados, que acabaram assumindo uma relação semelhante à

parental com os irmãos adotivos, tendo uma forte participação durante a adaptação do irmão adotivo e também em momentos posteriores a ela, o que pode ter auxiliado para que essa experiência fosse vivida de forma mais agradável e natural.

Referente aos impactos da adoção no desenvolvimento psicossocial do filho consanguíneo, cabe observar que a existência de um irmão, sendo ele adotivo ou não, disponibiliza a socialização com pares antes da inserção da criança em outros ambientes para além do familiar, sendo importante para os entrevistados que eram filhos únicos antes da adoção. A adoção também se mostrou importante para os entrevistados que já possuíam irmãos biológicos, visto que a experiência da adoção de um novo irmão aumentou seu repertório e os fez experienciar um novo lugar como irmãos. Desse modo, metade da amostra demonstrou crescimento e amadurecimento ao longo do processo, o que evidencia que a adoção auxiliou significativamente no seu desenvolvimento psicossocial.

A pesquisa em questão foi de cunho descritivo-exploratório, e não pretende abarcar todas as questões referentes ao tema, mas sim contribuir com os estudos dessa área e instigar o interesse em seu aprofundamento. Se fazem necessários novos estudos sobre o assunto, para a construção do saber sobre a adoção e para o aumento de referencial teórico sobre a adoção e também sobre o filho biológico de famílias mistas. Além disso, objetiva-se a percepção de que a assistência ao processo de adoção necessita ser aprimorada e melhorada, tornando-se ainda mais eficaz e importante para esse público.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. I. N. P. de A.; MARTINS, R. M. L. Funcionalidade familiar e qualidade de vida dos idosos. **Millenium**, 40, p. 185-199, 2011. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/268062553\\_Funcionalidade\\_Familiar\\_e\\_Qualidade\\_de\\_Vida\\_dos\\_Idosos](https://www.researchgate.net/publication/268062553_Funcionalidade_Familiar_e_Qualidade_de_Vida_dos_Idosos)>. Acesso em: 13 jun. 2021.

ALARCÃO, M.; FERNANDES, O. M.; RAPOSO, J. V. Posição na fratria e personalidade. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 24(3), p. 297-304, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/JRmTSmVxrFKtxB733pNNkBN/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BORDIN, J. B. et al. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2018. Disponível em: <[https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/07/MD\\_Psicologia-do-Desenvolvimento-e-da-Aprendizagem.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/07/MD_Psicologia-do-Desenvolvimento-e-da-Aprendizagem.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art4](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art4)>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm#art2044](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm#art2044)>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 2. ed., p. 20-21. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544281/estatuto\\_da\\_crianca\\_e\\_do\\_adolescente\\_2ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544281/estatuto_da_crianca_e_do_adolescente_2ed.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277, de 05 de maio de 2011. Brasília, DF, 05 de mai. 2011. Disponível em:

<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRITO, L.; QUEIROZ, A. C. A. Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 12, n.1, p.55-67, 2013.

Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/13161/9620>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CAVALCANTE, L. I. C.; DELL'AGLIO, D. D.; SILVA, F. H. O. B. da. Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: um estudo documental. **Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo Revista da SPAGESP**, n. 17(2), p. 67-80, 2016.

Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v17n2/v17n2a06.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 171-182, 2016. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/DNkcsKCL6cM9CQqdrVbmSYm/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 7 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) em Varas de Família**. Brasília, DF, 2019. Disponível em:

<<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-em-vara-s-de-familia/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 010/05, de 27 de agosto de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em:

<<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

DESSEN, M. A. Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico.

**Temas em psicologia**, Brasília, n.3, p. 51-61, 1997. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v5n3/v5n3a06.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DIAS, C.; QUEIROZ, E. A chegada de um irmão adotivo: percepções e experiências. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, n. 15(2). p. 222-233, 2015. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v15n2/06.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2021.

DIAS, M. O. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: O processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 19, p. 139-156, 2011. Disponível em:

<[http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/gd19/gestaodesenvolvimento19\\_139.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/gd19/gestaodesenvolvimento19_139.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FAINGUELERNT, T.; TOSTA, R. M. Torna-se irmão: o imaginário da criança frente a gravidez materna e a chegada de um irmão. **Psic. Rev.** São Paulo, v. 27, n. 1, p. 129-149, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/33346>>. Acesso em: 2 nov. 2021.

FÉRES-CARNEIRO, T.; GOLDSMID, R. A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 293-308, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v13n2/v13n2a06.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2021.

FIAMENGGHI JÚNIOR, G. A.; MESSA, A. A. O impacto da deficiência nos irmãos: histórias de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 15(2), p. 529-538, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/LbzdWJB9vs3T3JByPTMntKP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 23 set. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GONTIJO, C. S.; SILVA, T. R. A família e o desenvolvimento infantil sob a ótica da gestalt-terapia. **Revista IGT na Rede**, v.13, n. 24, p. 15-36, 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v13n24/v13n24a03.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2021.

HUEB, M. F. D.; RODRIGUES, A. C. F. O impacto emocional de se tornar irmão pela adoção: um estudo de caso coletivo. **Contextos Clínicos**, v. 12, n. 3, p. 751-778, 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v12n3/v12n3a04.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEITE, A. A. de M; SILVA, M. L. Um estudo bibliográfico da Teoria Psicossocial de Erik Erikson: Contribuições para a educação. **Debates em educação**, v. 11, n. 23, p. 148-168, 2019. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6332>>. Acesso em: 27 set. 2021.

NAKAMURA, C. R. Criança e adolescente: sujeito ou objeto da adoção? Reflexões sobre menorismo e proteção integral. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 179-197, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/pDJGXRmCnrhJTRZxS5TbKNr/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. dos. A configuração dos vínculos na adoção: uma atualização no contexto latino-americano. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 19(3), p. 475-486, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v19n3/13.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2013.

PEDROZA, R. L. S. Aprendizagem e subjetividade: uma construção a partir do brincar. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 17, n. 2, p. 61-76, 2005. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/p45NBHK6Stp3MYnp7BsJ3qp/?format=pdf&lang=pt>>.  
Acesso em: 14 set. 2021.